

Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma tributária precisa atacar ICMS.....3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
SEGURIDADE SOCIAL

Golpe da portabilidade - CONSUMIDOR DIREITO GRITA.....4

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Taxar dividendo é uma ideia 'completamente sem nexo'.....6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Taxar os mais ricos é promessa tributária de Lula e Bolsonaro.....7

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

R\$ 10 bilhões fora do mercado.....9

VALOR ONLINE - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

'O modelo de tributação no consumo está falido'.....10

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tentáculos perversos da informalidade no Brasil.....11

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

União banca R\$ 46 bi em dívidas de estados e só recupera 11%.....14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Melhoram as condições para controlar a inflação (Artigo).....18

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
ECONOMIA

Uma nova Guerra Fria: a Batalha de Taiwan (Artigo).....19

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Folha promove sabatinas sobre saúde com representantes de candidatos à Presidência
.....22

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Investimentos dos estados crescem, mas receitas desaceleram.....24

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Apesar do superávit, quadro fiscal é frágil (Editorial).....27

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Os efeitos e os limites do pacote de bondades - SERGIO LAMUCCI.....28

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

STF autoriza mais três Estados a abater dívida por perdas com ICMS.....	29
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL ECONOMIA	
China amplia sua fatia no comércio global.....	30
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
'Juros, recessão e Rússia preocupam super-ricos'.....	31

Reforma tributária precisa atacar ICMS

Marta Watanabe De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187307?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187307?page=1§ion=1

Golpe da portabilidade - CONSUMIDOR DIREITO GRITA



CONSUMIDOR DIREITO GRITA

Com dois empréstimos consignados, e sobrevivendo com o que sobrava do dinheiro após os descontos, a aposentada Iraci Barreto, de 61 anos, ficou bastante feliz ao receber uma proposta para fazer portabilidade para outra instituição financeira com redução das parcelas e devolução de parte dos juros que já havia pago. Tarde demais, descobriu que era um golpe. A pensionista passou cópias dos documentos pessoais e até a senha do aplicativo Meu **Inss** para uma estelionatária que se apresentou como consultora financeira. "Ela me ligou e falou que dava pra diminuir as parcelas do empréstimo. Que era só fazer a portabilidade do Banco Santander, onde eu tinha os consignados, para o Banco Pan".

A portabilidade não foi feita. A golpista usou a documentação para fazer um empréstimo de R\$ 12 mil no Banco Pan. Ela disse à aposentada que esse dinheiro era para quitação da dívida original, com o Santander, que bastava transferir a importância para o gerente. Iraci enviou o dinheiro para a pessoa indicada e acabou ficando com duas dívidas: a que, de fato, já tinha, com o Santander, e a que foi contraída pela estelionatária, com o Banco Pan.

"Em janeiro, eu tomei um susto porque apareceram uns descontos diferentes na aposentadoria. Já paguei oito parcelas e não tenho dinheiro para pagar mais. Eu

tenho que ficar andando de ônibus, indo e voltando, e todos os lugares são longe. Ninguém sabe me dar nenhuma resposta. Já fui no Procon, na Defensoria Pública, no **INSS**, na Delegacia do Paranoá. Até agora, nada. Ninguém resolve. A gente se sente desamparada", desabafa.

O golpe sofrido pela aposentada não é um caso isolado. De acordo com dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, no Distrito Federal, foram registrados 9.813 casos de estelionato por meio eletrônico e 40.533 de outros tipos, em 2021. O aumento na incidência preocupa - 424,4% e 180,10%, respectivamente, em relação ao ano de 2018. Para o advogado especialista em direito do consumidor Alessandro Marcello Alves Aragão, um dos motivos é a facilidade encontrada pelos criminosos de captar dados por meio de redes sociais e de enganar pessoas mais vulneráveis como Iraci.

Com o fechamento das agências bancárias, em decorrência da pandemia, pessoas que antes não usavam aplicativos para transações financeiras, passaram a aproveitar esse recurso. Conforme a pesquisa Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) Domicílio 2021, 46% das pessoas que acessaram a rede mundial de computadores no Brasil movimentaram dinheiro por meio de aplicativos ou sites.

Responsabilidade As regras da portabilidade de crédito foram criadas em 2013 pelo Conselho Monetário Nacional, com o objetivo de estimular a concorrência entre os bancos e diminuir os juros, dando mais oportunidade aos consumidores de mudar os contratos de empréstimos nos casos em que o mercado financeiro diminua os juros.

Aposentados e pensionistas costumam ser beneficiados com juros menores e outros atrativos para fazer empréstimos. São os chamados consignados - descontados direto na folha de pagamento - e é justamente esse o ponto de vulnerabilidade das pessoas. Nesse momento, o que era para ser um benefício, pode se tornar uma grande dor de cabeça.

Alessandro Marcello explica que, em situações como a de Iraci, há responsabilidade das instituições financeiras sobre os empréstimos e as portabilidades

indevidamente efetuadas. "Mesmo que se alegue que o banco não pode ser responsabilizado por ato de terceiro, no caso, existe evidente situação de que esse terceiro tinha conhecimento contundente sobre a portabilidade, como, por exemplo, os dados pessoais da vítima. Os bancos, portanto, não podem se eximir", esclarece.

Segundo o advogado, a portabilidade exige que se adotem procedimentos de segurança, "Esse tipo de movimentação não poderia ser feito sem a presença do consumidor ou, ao menos, que realizasse o ato com alguma segurança, como biometria facial", pontua. O especialista ressalta que qualquer empréstimo ou portabilidade feitos mediante fraude devem ser cancelados pelos bancos.

O especialista completa que, em situações como essa, o consumidor deve "procurar os seus direitos contratando um advogado de sua preferência ou indo à Defensoria Pública para propor ação cabível".

O outro lado Iraci tentou falar com o Banco Pan, pelo telefone. Porém, o atendimento foi apenas por meio de mensagens gravadas, que remeteram para que fosse contatado um número de WhatsApp, que também não deu retorno.

Em resposta ao Correio, a instituição garantiu que o problema será resolvido. "Assim que tomou conhecimento do caso da senhora Iraci Barreto, o Banco Pan analisou a operação e esclarece que já concretizou uma solução definitiva em favor da cliente, com os processos para regularização já em curso. O banco reforça sua posição de respeito aos clientes e está à disposição em todos os seus canais de atendimento para quaisquer esclarecimentos adicionais", informou a nota.

*Estagiária sob a supervisão de Malcia Afonso

Taxar dividendo é uma ideia 'completamente sem nexos'

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187307?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187307?page=1§ion=1

Taxar os mais ricos é promessa tributária de Lula e Bolsonaro



FOTOS ADRIANO MACHADO/REUTERS

Lula e Bolsonaro propõem programas de transferência de renda

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

O aumento dos **impostos** para o "andar de cima" e a diminuição para os brasileiros mais pobres entrou no debate da campanha presidencial nas discussões das propostas de **reforma tributária**.

Ao menos no discurso e nas promessas, a tributação dos muito ricos tem "unido" as candidaturas para financiar o aumento dos custos com os programas de transferência de renda. Como mostrou a Agenda do Estadão publicada ontem, a **reforma tributária**, que não foi aprovada até agora, continua no topo das prioridades para o próximo governo que assumirá em 2023.

Uma reforma que garanta um sistema mais justo com maior progressividade - ou seja, quem ganha mais paga proporcionalmente mais - é pauta histórica do PT. Candidato do partido, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu uma reforma que aumente a taxa de camadas mais ricas da população e diminua o impacto sobre os mais pobres.

O presidenciável Ciro Gomes (PDT) acenou com a implementação do imposto sobre grandes fortunas para financiar um amparo adicional às famílias mais pobres no valor de R\$ 1 mil.

Candidata do MDB, a senadora Simone Tebet fala numa **reforma tributária** para diminuir desigualdades, mas sem a criação de **impostos**.

Ministro da Economia e principal assessor econômico do presidente Jair Bolsonaro, Paulo Guedes, na sexta-feira, prometeu também tributar os mais ricos. Ele disse que o governo pretende aumentar a tributação para quem ganha mais, simplificando os **impostos** como contrapartida. "A base de arrecadação aumenta e essa massa de arrecadação maior paga a transferência de renda", acenou.

Ao contrário de Lula, Bolsonaro não toca no tema, mas tem dado carta branca ao ministro para continuar falando de propostas na campanha.

Ele reforçou que não "entende nada" de economia e, por isso, fala "tudo" sobre o assunto com Guedes.

TENSÃO.

Nem Bolsonaro nem os governos do PT, no entanto, conseguiram aprovar uma **reforma tributária**.

Um dos principais porta-vozes para a área econômica da campanha do (PT) à Presidência, o deputado federal Alexandre Padilha (PT-SP), avalia que a **reforma tributária** se tornou "emergencial" diante do conflito federativo criado pelo presidente Bolsonaro.

Para Padilha, que foi ministro da Saúde, Bolsonaro criou uma "bomba nuclear" para Estados e municípios ao retirar receitas. "Bolsonaro e Guedes praticaram o chamado dissenso de Brasília: tudo para Brasília e nada para o Brasil", diz ele. É uma crítica ao slogan do governo Bolsonaro de promover uma política de "menos Brasília e mais Brasil" na repartição das receitas.

O debate federativo ficou ainda mais tensionado com o movimento do governo e aliados do presidente Bolsonaro no Congresso para aprovar dois projetos que reduziram o ICMS dos combustíveis, energia, transporte e telecomunicações para reduzir a **inflação**.

CAMINHOS.

Para Guilherme Mello, que integra o grupo de economistas que participam da elaboração do programa de governo de Lula, a **reforma tributária** é prioridade. Mas ele pondera que é difícil dizer agora se ela virá antes da mudança do arcabouço fiscal das contas públicas num eventual governo Lula.

"Isso vai depender de uma avaliação dos coordenadores políticos e da equipe econômica", diz Mello, que destaca como prioridade máxima manter um programa robusto de transferência de renda.

Mello afirma que o partido defende uma reforma que reduza **impostos** diretos sobre o consumo e aumente a participação do imposto de renda sobre os muitos ricos, que hoje pagam pouco porque são subtributados.

"É possível reduzir **tributos** desde que compense com aumento da tributação dos muitos ricos", diz.

Já no governo Bolsonaro, em recentes conversas com investidores e empresários aliados ao governo, Guedes tem dito que após as eleições de outubro será possível aprovar a **reforma tributária** do IR.

Na avaliação da equipe, o projeto, que prevê a taxação de lucros e dividendos, é a saída pelo lado das receitas para o financiamento do aumento permanente do Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600.

Para reduzir o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), o Ministério da Economia aposta no corte das renúncias tributárias, proposta que foi prevista em emenda constitucional, mas que não funcionou.

O projeto de reforma do IR já foi aprovado pela Câmara e depende de votação no Senado.

Ele prevê a taxação de lucros e dividendos em 15% e a correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), promessa de campanha de Bolsonaro e de Lula.

Nas conversas com o mercado, Guedes tem reforçado que o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), e lideranças aliadas também sinalizaram ambiente mais favorável à aprovação da **reforma tributária**.

Lira chegou a falar na votação da proposta na Câmara, mas ela nunca teve chance de ser aprovada. Bolsonaro enviou o texto para o Congresso, mas avisou a Guedes que não iria se empenhar para aprová-lo.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

R\$ 10 bilhões fora do mercado

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

'O modelo de tributação no consumo está falido'

Por Marta Watanabe - De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/08/22/o-modelo-de-tributacao-no-consumo-esta-falido.ghtml>

Site: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/08/22/o-modelo-de-tributacao-no-consumo-esta-falido.ghtml>

Tentáculos perversos da informalidade no Brasil



“É muito imprevisível apontar um mês em que você vende mais ou menos. Tem vezes em que mal dá para pagar as mercadorias”

■ Tereza Gomes, 60 anos, vende panos de prato nas calçadas e bares da região Centro-Sul de BH. Ela lamenta não conseguir vaga no mercado formal de trabalho



Desempregada há quase quatro anos, Eva Gomes de Amorim, 54 anos, desistiu de buscar emprego fixo

“O desemprego e a informalidade não são questões econômicas, apenas, e sim sociais. São problemas muito sérios nos dias atuais. Por mais que o Brasil tenha gerado empregos, o mercado formal não dá conta de absorver a mão de obra existente”

■ Paulo Vieira, professor de Economia da Unihorizonte

Roger Dias

As noites de sexta-feira e sábado há muito tempo deixaram de ser dias de lazer para a belo-horizontina Tereza Gomes, de 60 anos. O grande fluxo de pessoas nas ruas da capital é o cenário ideal para que ela possa vender seus panos de pratos nas calçadas de bares e restaurantes, sobretudo na região Centro-Sul. A rotina já dura pelo menos quatro décadas e foi a

maneira encontrada para colocar comida dentro de casa, num Brasil cujo desemprego atinge 10,1 milhões de pessoas e a informalidade torna a solução mais imediata para se livrar da fome.

Dados da Pesquisa Pnad Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que o Brasil teve taxa de desocupação de 9,3% no segundo trimestre (abril, maio e junho) de 2022, volume 1,8% menor que o registrado no trimestre anterior. Se os empregos formais cresceram, os postos sem registro também registraram expansão e atingiram o maior número desde 2015.

O país terminou o mesmo período com estimativa de 39,2 milhões de pessoas atuando em empregos informais. No comparativo com igual período de 2021, houve crescimento de 10,1% no número de trabalhos sem registro profissional.

Em Minas Gerais, o percentual também cresceu em relação ao ano passado, quando o país vivia o auge da pandemia do coronavírus: atualmente, a estimativa é de 4 milhões de trabalhadores informais. A taxa daqueles que sobrevivem sem carteira assinada é de 38,7%, a segunda maior da Região Sudeste, atrás apenas do Espírito Santo (40,1%).

O IBGE considera como trabalhador informal aquele empregado no setor privado sem carteira assinada, o doméstico sem carteira assinada e o que atua por conta própria ou como empregador sem CNPJ, além daquele que ajuda parentes em determinada atividade profissional.

Tereza Gomes teve experiência em empregos de menor remuneração, mas diz não conseguir mais se fixar no mercado de trabalho. "Estudei até a sexta série e não tenho mais idade para tentar sorte em outra coisa. É preciso trabalhar vendendo nas ruas para sobreviver". Com as vendas, ela consegue tirar acima de um salário mínimo líquido na maioria das ocasiões. "É muito imprevisível apontar um mês em que você vende mais ou menos. Tem vezes em que mal dá para pagar as mercadorias", diz.

Diante da perspectiva de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro para 1,7% em 2022, de acordo com dados do Banco Central, aumenta também a expectativa de oferta de vagas no mercado

formal. No entanto, o panorama da informalidade não deve ter mudança neste ano.

"Parte significativa dos desempregados são trabalhadores informais que não tiveram acesso ao seguro-desemprego e muitos sofrem com o desemprego de longa duração, ou seja, estão tentando se recolocar no mercado de trabalho há mais de dois anos e não têm mais a proteção do seguro-desemprego", afirma Adriana Marcolino, analista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

PERDA DE DIREITOS Para o professor de Economia da Unihorizontes, Paulo Vieira, a informalidade se torna um drama à medida em que o trabalhador perde cada vez mais seus direitos: "O desemprego e a informalidade não são questões econômicas, apenas, e sim sociais. São problemas muito sérios nos dias atuais. Por mais que o Brasil tenha gerado empregos, o mercado formal não dá conta de absorver a mão de obra existente. Os empregos gerados têm sido aqueles de menor qualificação e que pagam menos. Os demais que precisam sobreviver têm de fazer algo para ganhar dinheiro fora do padrão".

Apesar de o desemprego ter perdido fôlego no Brasil, a expansão do mercado de trabalho ainda não foi suficiente para reduzir a proporção de trabalhadores que esperam, há muito tempo, por uma recolocação no mercado.

Segundo o IBGE, o número de desempregados há mais de dois anos no Brasil foi de 2,985 milhões, cerca de 29,6% do total no país. No primeiro trimestre, esse número reunia cerca de 500 mil trabalhadores a mais desempregados há mais tempo. O levantamento do IBGE também apontou que o país encerrou o trimestre passado com um contingente de 4,3 milhões de desalentados, ou seja, pessoas que desistiram de buscar vaga no mercado de trabalho.

Humilhação nas ruas da capital

Diante das dificuldades, a informalidade se tornou o caminho natural para quem já não é mais absorvido pelo mercado de trabalho. Desempregada há quase quatro anos, Eva Gomes de Amorim, de 54 anos, praticamente desistiu de buscar emprego. Ela sobrevive da venda de flores durante as noites pelos bairros mais badalados da capital.

Moradora de Venda Nova, ela sempre tem de descontar o valor de transporte e o que resta é reservado para as compras de casa. Segundo a vendedora, a rotina é dura para tirar um salário instável. "Sempre tentei emprego estável, mas ninguém contrata. Vender na rua foi a opção que me

restou para não passar fome. É uma vida muito difícil. Passamos humilhação na rua. As pessoas nos xingam, nos recebem mal, maltratam. Infelizmente, temos que passar por isso".

Para Paulo Vieira, a expansão do mercado informal não é garantia de crescimento econômico no país. "Isso não é bom para ninguém. O governo não arrecada **impostos** e as garantias trabalhistas são mínimas para o trabalhador".

Luiz Carlos Peixoto, de 58 anos, ganha a vida há quase duas décadas vendendo incenso, produtos indianos e livros nas ruas. Para economizar o dinheiro da condução de volta até Contagem, onde mora, usa a bicicleta. É comum vê-lo durante o trabalho com um capacete na mão. "Sempre trabalhei por conta própria, pois você é livre e pode viajar", diz. Segundo o ambulante, o local preferido das vendas é justamente a região Centro-Sul, onde o poder aquisitivo dos consumidores é mais elevado: "Gosto mais da Savassi, porque as pessoas normalmente compram".

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/22/08/2022/p1>

O RETRATO DA INFORMALIDADE

NÚMEROS DE TRABALHADORES ACIMA DE
14 ANOS SEM EMPREGO FIXO

BRASIL

Trimestre encerrado em junho/2022

- Trabalhador por conta própria sem CNPJ – 19,2 milhões
- Empregados no setor privado sem carteira assinada – 13 milhões
- Empregados domésticos sem carteira assinada – 4,3 milhões
- Trabalhador familiar auxiliar – 1,7 milhão
- Empregador sem registro CNPJ – 800 mil

TOTAL:

39,1 milhões

**ÍNDICE DE 39,7% DA
POPULAÇÃO TOTAL OCUPADA**

Trimestre encerrado em junho/2021

- Trabalhador por conta própria sem CNPJ – 18,8 milhões
- Empregados no setor privado sem carteira assinada – 10,6 milhões
- Empregados domésticos sem carteira assinada – 3,6 milhões
- Trabalhador familiar auxiliar – 1,9 milhão
- Empregador sem registro CNPJ – 669 mil

TOTAL:

35,5 milhões

**ÍNDICE DE 39,7% DA
POPULAÇÃO TOTAL OCUPADA**

União banca R\$ 46 bi em dívidas de estados e só recupera 11%

Idiana Tomazelli

O Tesouro Nacional desembolsou nos últimos anos R\$ 46,8 bilhões por ser garantidor de dívidas que governos estaduais deixaram de pagar a bancos, instituições financeiras e organismos multilaterais. Desse valor, só R\$ 5,3 bilhões foram recuperados pela União -ou 11% do total.

Os números se referem ao período entre 2016 e 2022 (série histórica do Tesouro) e devem aumentar ainda mais nos próximos meses após decisões favoráveis aos estados concedidas pelo STF (Supremo Tribunal Federal), autorizando governadores a suspenderem o pagamento de dívidas com credores.

Decisões judiciais têm blindado os cofres dos estados contra ressarcimentos ao Tesouro, embora os contratos de empréstimos autorizem a União a buscar a devolução dos recursos em caso de inadimplência.

Para especialistas, a tendência de decisões favoráveis aos estados no STF serve como incentivo a maiores gastos por parte desses entes, uma vez que se reduz qualquer perspectiva de cobrança ou punição.

A consequência para o governo federal é o aumento da dívida pública, uma vez que o país precisa emitir mais títulos para honrar os compromissos e evitar a declaração de um calote, o que arranharia a reputação do Brasil como um todo.

Sem considerar o efeito da **inflação** ou os juros pagos sobre essa dívida, o valor não recuperado equivale a cerca de 0,6 ponto percentual da dívida bruta do país, que encerrou o mês de maio em 78,2% do **PIB** (Produto Interno Bruto).

Ao pedir a suspensão de pagamentos, os estados costumam alegar dificuldades financeiras. A União, por sua vez, é obrigada a quitar as prestações porque é garantidora desses contratos. É um papel semelhante ao de um fiador no contrato de locação de imóvel, que fica responsável pela quitação de dívidas caso o inquilino deixe de honrar seus compromissos.

As liminares que suspendem o pagamento de dívidas de estados com outras instituições são apenas mais um capítulo de um histórico de batalhas judiciais entre governos estaduais e a União.

A mais recente delas envolve a fixação de um limite para a cobrança de ICMS sobre combustíveis, energia elétrica, transporte e telecomunicações, medida aprovada pelo Congresso Nacional neste ano em meio à queda de braço entre os governadores e o presidente Jair Bolsonaro (PL).

O STF busca intermediar um acordo após ser acionado pelos governadores, para quem as perdas podem chegar a R\$ 92 bilhões. Já a União alega que os estados estão com os cofres abastecidos, diante do crescimento geral da arrecadação, e podem reduzir **impostos**.

Enquanto não se chega a um denominador comum, a Corte já decidiu em favor de alguns estados, permitindo que eles suspendam o pagamento de parcelas da dívida com a União para compensar suas perdas de arrecadação.

Para o economista Marcos Mendes, pesquisador do Insper e colunista da Folha, o histórico de conflitos demonstra que o problema não está somente nas garantias de empréstimos, mas sim "no sistema federativo como um todo".

"Tem alguma coisa que faz com que o STF dê ganho de causa aos estados em 98%, 99% das ações, sem nenhuma comprovação dos números. É só dizer que não tem capacidade financeira. De modo geral, o STF tende a interpretar os estados como incapazes. Isso é um incentivo a gastar mais, se endividar e não pagar", afirma.

"Isso vai ser reforçado agora na disputa com a União por causa do ICMS, embora nesse caso os estados tenham razão", diz Mendes.

No caso dos compromissos com bancos e outras instituições, os atrasos começaram em 2016, e os estados conseguiram as primeiras liminares em 2017, no auge da crise que os obrigou a parcelar salários de servidores e atrasar repasses a fornecedores.

Anos depois, alguns governos estaduais conseguiram renegociar os passivos ao ingressar no RRF (Regime de Recuperação Fiscal), programa de socorro desenhado para ajudar estados muito endividados em troca de ajuste nas contas. Mesmo assim, o dinheiro

só será recuperado gradualmente, conforme cronograma acertado com o governo federal.

É o caso, por exemplo, do Rio de Janeiro, que já deixou de pagar R\$ 28,6 bilhões em dívidas com outras instituições, dos quais R\$ 2,8 bilhões foram recuperados. Os valores não consideram os débitos do estado diretamente com a União.

O governo fluminense já foi beneficiado por duas liminares no STF, em 2017 e 2021. Segundo a Secretaria de Fazenda do Rio, graças à proteção do regime, outros R\$ 18,4 bilhões em dívidas garantidas pela União ainda deixarão de ser pagos durante os nove anos de vigência do plano de recuperação.

Outros estados ainda se agarram a liminares para evitar uma cobrança bilionária que poderia inviabilizar suas finanças, como é o caso de Minas Gerais. Blindado por uma decisão judicial de 2018, o estado já deixou de pagar R\$ 12,1 bilhões em empréstimos com terceiros, integralmente honrados pela União -que recuperou apenas R\$ 1,3 bilhão.

Segundo a Secretaria de Fazenda de Minas Gerais, o estado tem uma dívida de R\$ 116,5 bilhões diretamente com a União e de R\$ 33,96 bilhões com outras instituições, tendo o Tesouro como fiador. Em ambos os casos, os pagamentos estão suspensos.

"O pedido de adesão ao RRF já foi encaminhado e aceito pelo governo federal. O governo de Minas tem um prazo de até 12 meses para encaminhar o plano para homologação", diz.

Segundo o Tesouro Nacional, em 100% dos casos em que não houve recuperação dos valores honrados pelo governo federal, as razões foram impedimentos judiciais.

"O aumento de honras de garantia sem a correspondente recuperação das contragarantias tem como efeito final o aumento da dívida pública federal, uma vez que essas despesas são pagas com recursos de emissão de dívida", diz o órgão em nota.

O Tesouro afirma ainda que não é possível estimar quanto já foi pago em juros da dívida pública devido ao acionamento dessas garantias. "Contudo, verifica-se que a inadimplência de alguns entes tem o reflexo de aumentar as despesas financeiras do governo federal, onerando a sociedade como um todo."

Parte das dívidas não pagas pelos estados foram contratadas entre 2012 e 2014, período em que o governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) facilitou o endividamento dos estados para turbinar obras de infraestrutura.

O problema é que não houve um aumento real dos investimentos, apenas uma substituição das receitas que os bancavam. Ao usar os empréstimos, os estados passaram a ter mais espaço no orçamento para conceder aumentos salariais a servidores -um tipo de despesa difícil de ser revertida em momentos de crise.

De lá para cá, o sistema de garantias foi reformulado pelo Tesouro para dificultar o endividamento de estados que já estão com a saúde financeira comprometida. Uma das regras prevê que apenas aqueles com nota A ou B (em uma escala até D) estão aptos a receber aval federal. Antes, era possível conceder garantia a qualquer um, por meio de uma autorização especial.

No entanto, Mendes avalia que o ideal é a União deixar de ser a garantidora de última instância, pois isso cria um risco moral -um incentivo aos estados para agirem de forma mais arriscada diante da segurança de que serão socorridos em qualquer situação.

Segundo ele, o mais apropriado seria constituir um fundo garantidor, abastecido e gerido pelos próprios estados, que ficaria responsável por afiançar os novos empréstimos. A avaliação do economista é que isso criaria incentivos para uma gestão mais responsável dos recursos, bem como para o pagamento em dia das obrigações

Mais três estados conseguem liminar por perdas com ICMS

Em nova derrota do governo federal, o STF (Supremo Tribunal Federal) concedeu liminar permitindo que outros três estados possam compensar as perdas de arrecadação causadas pela lei que estabeleceu teto das alíquotas de ICMS sobre combustíveis.

A decisão do ministro Gilmar Mendes foi concedida na noite de sexta (19), atendendo os pedidos de Acre, Minas Gerais e Rio Grande do Norte.

O Supremo, por decisão do ministro Alexandre de Moraes, no fim de julho, já havia permitido que São Paulo e Piauí compensassem as perdas por meio de descontos nas parcelas das dívidas dos estados com a União. Alagoas e Maranhão também obtiveram liminares no mesmo sentido.

As três decisões de Gilmar Mendes permitem que os estados compensem perdas de arrecadação a partir deste mês.

Em junho deste ano, o presidente Jair Bolsonaro (PL)

sancionou a lei complementar que estabeleceu um teto de 17% e 18% para combustíveis, transporte, energia elétrica e comunicações.

Um dos artigos da nova legislação, mencionado na decisão do ministro, prevê um gatilho para a compensação, quando as perdas com arrecadação foram superiores a 5% -em relação ao ano anterior. Gilmar Mendes determinou que a compensação não deve considerar qualquer encargo moratório e proíbe a União de inscrever esses estados em cadastros de inadimplentes.

A lei que estabeleceu o teto do ICMS para esses serviços, que passaram a ser considerados essenciais, foi alvo de grande disputa entre governo e os estados desde a sua tramitação no Congresso.

Os estados pressionam para que o Congresso analise com rapidez vetos a pontos da legislação que afetaram repasses para a educação. Bolsonaro vetou artigos que determinavam que a União compensaria a perda de arrecadação para manter os gastos mínimos constitucionais em educação e saúde.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

11

Dívida terceirizada

Estados deixam de pagar obrigações com bancos e outras instituições, fazendo União quitar valores sem garantia de reembolso imediato

Estado	Valor da dívida honrada pela União Em R\$ milhões	Valor da dívida recuperada Em R\$ milhões	Porcentual recuperado em relação ao devido Em %
Rio de Janeiro	28.624,3	2.767,7	9,6
Minas Gerais	12.146,1	1.283,9	10,5
Goiás	3.381,4	33,6	0,9
Rio Grande do Norte	460,2	55,7	12,1
Rio Grande do Sul	399,2	0	0
Amapá	366,8	0	0
Pernambuco	354,9	355,1	100
Maranhão	280,2	4	1,4
Bahia	239,8	239,9	100
Piauí	189,2	189,3	100
Roraima	135,6	135,9	100
Mato Grosso	107,1	107,1	100
Tocantins	88,9	88,9	100
Mato Grosso do Sul	25,6	25,6	100
Paraíba	0,6	0,6	100
São Paulo	0,3	0,3	100
Total	46.800,1	5.287,6	11,3

Fonte: Tesouro Nacional

Melhoram as condições para controlar a inflação (Artigo)

Claudio Adilson Gonzalez Economista e diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

A economia mundial está desacelerando e isso já começou a reduzir as pressões inflacionárias.

As commodities metálicas são as que registram maiores quedas de preços, mas há recuos significativos também em petróleo e em produtos agropecuários, como algodão, leite, milho e trigo. Além disso, há indicadores mostrando que a normalização das cadeias globais de suprimento já está em andamento, como o Global Supply Chain Pressure Index (GSCPI), do Federal Reserve de Nova York, que atingiu em julho seu menor patamar desde janeiro de 2021.

Claro, muitos desses preços são voláteis e esta situação poderá se inverter a qualquer momento.

No entanto, os dados mostram que a probabilidade de a economia mundial prejudicar o crescimento brasileiro é bem maior do que a de gerar pressões inflacionárias.

Internamente, muitos analistas temem que a demanda agregada, estimulada pela expansão fiscal e pela redução de **tributos** sobre o consumo, já estaria provocando excessivo aquecimento no mercado de trabalho, dada a forte e surpreendente queda da taxa de desocupação, que alcançou 9,3% na média do trimestre encerrado em junho. Esse nível já seria ligeiramente inferior à chamada taxa de desemprego neutra, aquela que não gera pressões inflacionárias ou deflacionárias, conhecida como Nairu (do inglês, non-accelerating inflation rate of unemployment). Baseados em dados passados, muitos economistas estimam que a Nairu no Brasil seja da ordem de 9,5%.

Assim, se o desemprego caísse um pouco mais, surgiriam pressões inflacionárias decorrentes de aumentos salariais.

No entanto, conforme excelente artigo do economista Bráulio Borges, publicado em blog do Ibre/FGV, outros indicadores não são compatíveis com o mercado de trabalho apertado no Brasil. Por exemplo, a estatística Salariômetro da Fipe/USP mostra que, no primeiro semestre de 2022, cerca de 80% das convenções e

acordos coletivos de trabalho foram fechados com reajustes iguais ou inferiores à **inflação**.

Por sua vez, o custo unitário do trabalho (razão entre o rendimento médio do trabalho e a produtividade do trabalho), registrou forte queda no último biênio e não há sinais de que esteja por se elevar.

É muito provável, principalmente em decorrência da reforma trabalhista, que aumentou a segurança jurídica nos contratos de trabalho, reduziu os litígios e favoreceu a terceirização e o trabalho intermitente, que a Nairu brasileira tenha caído para algo na faixa de 8,0% a 8,5%.

Isso significa que ainda há ociosidade na força de trabalho.

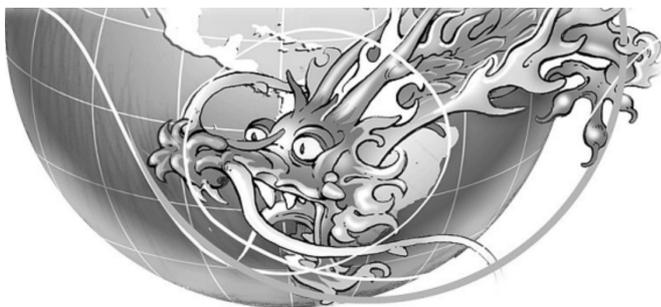
Mas não se pode vacilar no combate à **inflação**. Ganhar uma batalha não significa ganhar a guerra. O Banco Central (BC) apertou a política monetária tempestivamente e, a meu ver, na magnitude correta.

Espera-se que o governo a ser eleito em outubro não destrua esses avanços com uma política fiscal irresponsável.

Claudio Adilson Gonzalez Economista e diretor-presidente da MCM Consultores, foi consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Uma nova Guerra Fria: a Batalha de Taiwan (Artigo)



Igor Macedo de Lucena

A invasão da Ucrânia em 2022 gerou uma nova etapa nas relações entre países. A Realpolitik nas relações internacionais se tornou o imperativo e passamos a assistir, a cada dia, a uma nova divisão no planeta entre nações liberais e nações não liberais. Sanções econômicas, bloqueios comerciais, fechamento de empresas, expropriação de ativos, aumentos de despesas militares e alianças intercontinentais começaram a tomar conta dos jornais e passaram a ser notícia diariamente.

A visita de Nancy Pelosi, atual presidente da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, à ilha de Taiwan causou um enorme tumulto nas relações entre os Estados Unidos da América e a China. Contudo, o que de fato isso representa? Os americanos afrontaram os chineses em seus problemas internos ou os chineses utilizaram referida visita como pretexto para avançar sobre a soberania da ilha de Taiwan? Independentemente de qual seja o motivo, está claro que o debate sobre a soberania de Taiwan é, hoje, um claro segundo ato de uma inevitável nova Guerra Fria.

É importante nos lembrarmos de que a República da China (Taiwan) é vista pela República Popular da China (China continental) como uma província rebelde, onde não há soberania própria, de modo que toda e qualquer ajuda à independência da ilha significa na verdade uma interferência nos assuntos internos da China e, por consequência, uma intromissão na soberania chinesa.

Por outro lado, desde 1979, o governo dos Estados Unidos introduziu o Taiwan Relations Act, que foi um "ato para ajudar a manter a paz, a segurança e a estabilidade no Pacífico Ocidental e para promover a política externa dos Estados Unidos, autorizando a continuação das relações comerciais, culturais e outras entre o povo dos Estados Unidos e o povo de

Taiwan, bem como para outros fins". Na prática, era um reconhecimento indireto da independência de Taiwan sem diretamente afirmar isso.

A lei não reconhece a terminologia "República da China" após 1º de janeiro de 1979, mas usa a terminologia de "autoridades governamentais de Taiwan". A lei também prevê que Taiwan seja tratado sob as leis dos EUA da mesma forma que "países, nações, estados, governos ou entidades semelhantes", tratando Taiwan como um equivalente de Estado estrangeiro.

Ao mesmo tempo, os Estados Unidos também reconhecem a chamada One China Policy, que é a posição mantida pela República Popular da China de que existe apenas um Estado soberano com o nome de China, sendo o único governo legítimo dessa China, e Taiwan faz parte da China. Essa política se opõe à ideia de que existem dois Estados com o nome "China", a República Popular da China (RPC) e a República da China (ROC), havendo ainda a ideia de que China e Taiwan formam dois países separados e independentes entre si.

Nesse sentido, os Estados Unidos e muitos dos seus aliados têm relações formais com a República Popular da China e reconhecem-na como o único governo legal da China e, simultaneamente, mantêm suas relações não oficiais com Taiwan, o que é ambíguo e irrita profundamente o governo de Pequim, tornando cada dia mais difícil uma unificação forçada.

A visão de Xi Jinping é clara quando busca deixar um legado de sua gestão, que é reunificar totalmente a China, retomando o controle de Macau e Hong Kong, que efetivamente foram resolvidos por meio da política "One Country, Two Systems", e encontrar uma maneira política ou militar de que Taiwan seja novamente ligada à China continental. Entretanto, devido às evidentes revoltas populares em Hong Kong e a uma política taiwanesa cada vez mais anti-Pequim, parece estar cada dia mais longe a reunificação da ilha com o continente. Se, por um lado, a guerra na Ucrânia proporcionou uma maior segurança a Taiwan, tendo em vista que Pequim entendeu que uma aventura militar teria um alto custo na economia chinesa, por outro, a visita de Pelosi também colocou Pequim acuada, tendo que mostrar sua força militar e que estaria disposta a utilizá-la se assim se tornasse

necessário.

Ato contínuo, nações como Alemanha, Suíça e Japão já deram sinais de que não ficarão paradas tanto em disposição militar quanto em sanções econômicas contra a China em caso de invasão à ilha de Taiwan. Na prática, assistimos a uma nova Guerra Fria, agora no continente asiático, colocando como no centro do segundo ato a ilha de Taiwan. No arcabouço disso tudo, tem-se mais uma vez uma nação autoritária, utilizando razões meramente históricas para intervir sobre a soberania de um povo e de uma nação com outro estilo de vida e de governo totalmente diferente do seu. Na prática, a China e a Rússia usam os mesmos princípios não democráticos contra populações que buscam decidir seu próprio destino baseadas em regras democráticas.

A diferença neste "segundo ato" é que Taiwan não é a Ucrânia. Estamos falando da nação com maior capacidade tecnológica de produção de chips e semicondutores, com capacidade de produção que impacta aviões, automóveis, televisões, computadores e principalmente equipamentos de alta tecnologia. Além disso, ano após ano, os Estados Unidos vêm vendendo armamentos para Taiwan, e seus gastos militares chegam a superar os 3% do **PIB**, superior a muitos países europeus.

A questão é... Teremos uma nova invasão? A China continental irá invadir Taiwan? Não existe ainda uma resposta clara para tais indagações. Pode acontecer amanhã ou daqui a 50 anos; todavia, o que é claro é que adentramos em um território de tensão e pré-combate extremamente perigoso, e isso por si só já resultará em vítimas. A primeira vítima de uma situação como essa é a estabilidade internacional e a confiança dos agentes, sejam empresas ou Estados, para continuar com investimentos e projetos conjuntos de investimento; portanto, o Foreign Direct Investment certamente cairá. A segunda vítima são os preços, que, impactados pelas instabilidades, passam a não corresponder às forças tradicionais de oferta e demanda, e influenciados pela política regional e por mudanças nos insumos se tornam mais caros, causando um efeito inflacionário a que infelizmente já assistimos no caso da Ucrânia. Em terceiro, assistimos a um aumento de taxas de juros para combater a **inflação**, o que de fato impacta o desenvolvimento de startups e da inovação que tendem a se tornar mais frágeis e menores.

E para o Brasil? Como isso nos impacta? Na prática, o Brasil aparenta ser uma espécie de Hedge dentro dos países do G20. Dentro dessa nova Guerra Fria que já experimentamos, dentro de um cenário inflacionário adverso e de um momento de forte polarização em momento eleitoral, as expectativas de crescimento do

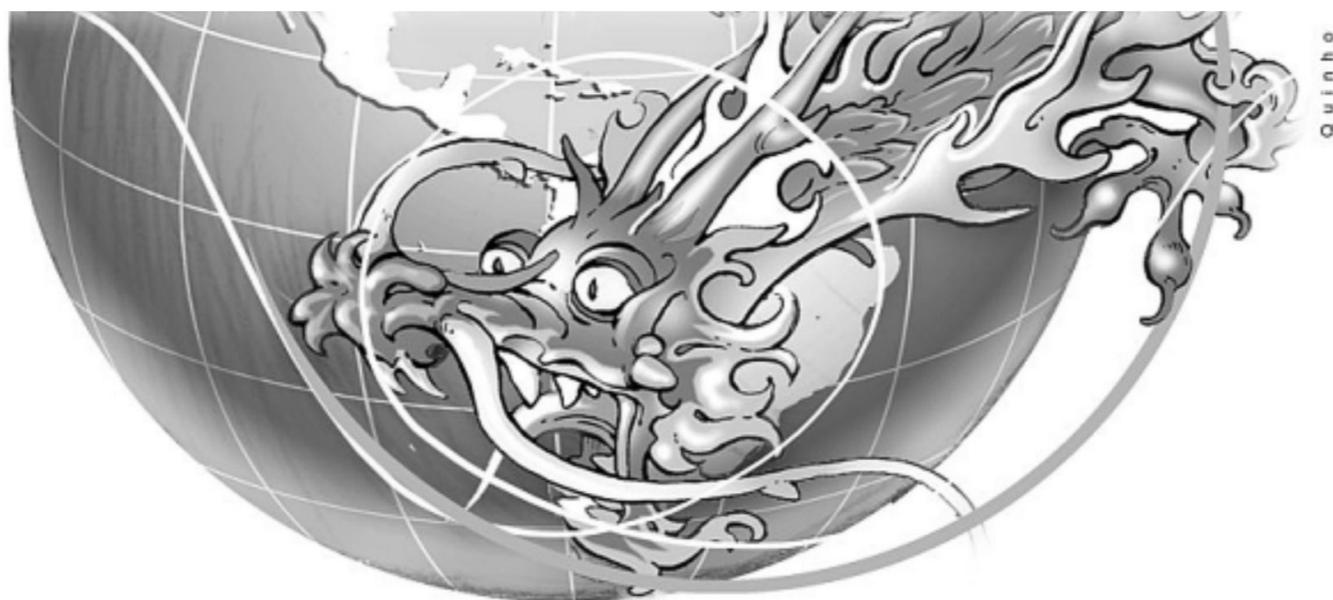
PIB brasileiro já chegam próximas a 2% para 2022, o nível de desemprego já caiu para 9,8% e a tendência é de que continue caindo; além disso, o Brasil registra recordes de exportação de minérios e de produtos agropecuários. Nossa razão dívida/**PIB** vem caindo a cada trimestre, mesmo que o risco país continue em alta, o que é incoerente.

Apesar de não existir a certeza de que a melhora desses fatores econômicos manter-se-á em 2023, o fato é que neste ano, com importantes problemas geopolíticos, o Brasil de fato tem se mostrado resiliente em sua recuperação econômica e pode, sim, surpreender se continuarmos a aprofundar nossas reformas, privatizações e nossos projetos prioritários em infraestrutura nos próximos anos. Agora, do ponto de vista geopolítico, de que forma o Brasil deve se situar em relação a Taiwan? Acreditamos que, tal como na Ucrânia, o Brasil deve se posicionar conforme seus interesses nacionais, levando em consideração que tanto a China quanto os Estados Unidos e Taiwan são importantes para o desenvolvimento econômico do nosso país, mas entendemos que, mesmo sem se poder alterar fundamentalmente a situação geopolítica mundial, a manutenção do status quo é benéfica para nossa nação. Neste importante jogo geopolítico, o Brasil deve se posicionar sempre ao lado da democracia e da autodeterminação dos povos, e sempre contra incursões militares, mas também precisa jogar pragmaticamente, observando e priorizando com altivez os interesses dos brasileiros.

Igor Macedo de Lucena, Economista e empresário, doutorando em relações internacionais na Universidade de Lisboa e membro da Associação Portuguesa de Ciência Política

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/22/08/2022/p1>



Folha promove sabinas sobre saúde com representantes de candidatos à Presidência



Lula, candidato do PT Bruno Santos - 5 ago.22/Folhapress



Ciro Gomes, candidato do PDT Evaristo Sá - 20 jul.22/AFP



Simone Tebet, candidata do MDB Pedro Ladeira - 22 jul.22/Folhapress

A Folha promove nesta semana sabinas temáticas, sobre saúde, com representantes das campanhas dos candidatos à Presidência Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Ciro Gomes (PDT) e Simone Tebet (MDB).

O objetivo é conhecer o que os candidatos pensam sobre diferentes questões dentro do tema e quais medidas planejam implementar caso sejam eleitos.

A saúde é o tema que mais preocupa os brasileiros. Um em cada cinco (20%) consideram sua gestão o maior problema do Brasil, de acordo com pesquisa Datafolha do fim de julho. Depois vêm economia (13%), desemprego (10%), fome/miséria (10%), **inflação** (9%), educação (9%), violência (6%) e corrupção (3%).

A primeira sabinas será na quarta-feira (24), às 15h, com João Gabbardo, representante da campanha de Tebet.

Médico, ele foi secretário-executivo do Ministério da Saúde na gestão de Luiz Henrique Mandetta e secretário de Saúde do Rio Grande do Sul entre 2015 e 2018.

Na quinta-feira (25), também às 15h, será a vez de Denizar Vianna falar pela campanha de Ciro.

Ele é formado em medicina e professor titular da

Faculdade de Medicina da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

Já na sexta-feira (26), às 15h, o senador por Pernambuco Humberto Costa (PT) falará pela campanha de Lula. Também médico, ele foi ministro da Saúde entre 2003 e 2005, no primeiro mandato do petista.

A Folha convidou as campanhas dos quatro candidatos mais bem colocados nas pesquisas eleitorais. A equipe do presidente Jair Bolsonaro (PL), candidato à reeleição, portanto, foi convidada, mas optou por não enviar um representante.

As conversas terão transmissão ao vivo pelo canal do jornal no YouTube e serão mediadas por Cláudia Collucci, repórter especial da Folha. Os eventos têm patrocínio da Interfarma.

O público poderá participar enviando perguntas e comentários por WhatsApp, no número (11) 99648-3478.

Veja o calendário de sabinas sobre saúde

QUARTA (24), ÀS 15H João Gabbardo, representando a campanha de Tebet (MDB) Médico, foi secretário-executivo do Ministério da Saúde na gestão de Luiz Henrique Mandetta e secretário de Saúde do RS entre 2015 e 2018

QUINTA (25), ÀS 15H Denizar Vianna, representando a campanha de Ciro (PDT) Formado em medicina, é professor titular da Faculdade de Medicina da UERJ

SEXTA (26), ÀS 15H Senador Humberto Costa (PT-PE), representando a campanha de Lula (PT) Médico, foi ministro da Saúde entre 2003 e 2005, no primeiro mandato do petista

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50011>

22% acreditam que saúde é maior gargalo do país

Qual é o principal problema do país?

Resposta espontânea e única, em %

■ 22 e 23.mar

■ 27 e 28.jul



Fonte: Datafolha

Investimentos dos estados crescem, mas receitas desaceleram



Extremo da zona leste da capital paulista, onde falta tratamento de esgoto; despesas com saneamento estão entre as que mais cresceram.

Eduardo Cucolo

Os investimentos de estados e Distrito Federal cresceram 176% acima da **inflação** no primeiro semestre de 2022 em relação ao mesmo período de 2021, de acordo com levantamento da IFI (Instituição Fiscal Independente) com números atualizados até junho deste ano. Esses gastos representaram 10% da despesa corrente no período, ante 4% no mesmo período do ano passado.

Os dados das despesas mostram um aumento espalhado por várias rubricas. Entre elas, educação, urbanismo, habitação, saneamento, assistência social, trabalho, cultura e transporte.

Quando se olha a despesa total, no entanto, os números são mais modestos. Houve aumento real (acima da **inflação**) de 5% no período, com grandes rubricas como previdência dos servidores, saúde e gastos de outros Poderes estaduais crescendo abaixo da média.

O primeiro semestre de 2022 foi marcado pela sazonalidade do ano eleitoral, com mais despesas concentradas nos primeiros meses do ano. Há também questões relacionadas à pandemia que explicam o aumento de gasto menor com saúde e maior com educação neste ano.

Outra questão que ajudou o investimento foi o aumento das receitas, que melhorou a situação de caixa desses entes.

Os números levantados pela IFI apontam, no entanto, que essa melhora não foi tão grande, quando se considera o impacto da **inflação**. Além disso, a arrecadação está em trajetória de desaceleração desde o início do ano, processo que se acentuou em

julho, após as desonerações de ICMS (imposto estadual sobre bens e serviços) aprovadas pelo Congresso.

A receita corrente cresceu 10% no primeiro semestre, puxada pelo aumento de 13% nas transferências. Já a arrecadação avançou 5% em termos reais.

Responsável pelo levantamento, a diretora da IFI Vilma Pinto afirma que o resultado das receitas é "bom, mas nada extraordinário", ao contrário do que vem sendo apontado pelo governo federal. Ela também vê um processo simultâneo de redução permanente de receitas e aumento de despesa que vai afetar a situação fiscal dos estados no médio prazo.

A lei complementar aprovada pelo Congresso, por exemplo, mexeu com a alíquota de setores que representam 37% do ICMS. Entre eles, combustíveis, telecomunicações, energia elétrica e transporte coletivo.

"Vejo com preocupação a situação fiscal desses entes. Não quando a gente olha o retrato atual, mas quando tenta projetar isso para o futuro", afirma a diretora da IFI.

"Você mexeu com um volume expressivo do principal tributo de competência estadual. Vários estados retomaram concursos e concederam reajustes. São despesas com impacto permanente e de longo prazo. Alguns investimentos também podem virar despesa corrente lá na frente."

Segundo o levantamento da IFI, a disponibilidade de caixa cresceu 25% no semestre, mas a instituição ressalta que boa parte do dinheiro é vinculado a despesas obrigatórias. "O nível de caixa não quer dizer muita coisa. Tem de olhar quanto você gasta, quanto você deve, quanto você arrecada. Aquilo que está lá pode ter uma destinação, obrigação específica. Não necessariamente significa liquidez", afirma Vilma.

Dados da Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo mostram que a arrecadação com ICMS desacelerou de um crescimento anual de 17% em janeiro para 9% em julho deste ano, mês em que já há reflexo das desonerações do ICMS. Na média do Brasil, passou de 15% nos 12 meses até janeiro para 10% até maio, último dado consolidado disponível.

"Há uma desaceleração, no acumulado, e queda real na comparação julho contra julho", afirma Felipe Salto, secretário da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo.

"A análise, por isso, tem de ser feita com cuidado. Não há um quadro róseo como o governo federal tem tentado pintar. O bom de São Paulo é ter feito a lição de caso e ter contas fiscais equilibradas."

Na semana passada, representantes do Ministério da Economia e dos governos estaduais participaram de reunião da comissão especial criada pelo STF (Supremo Tribunal Federal) para debater a disputa entre as duas partes em torno do ICMS. O ministro Gilmar Mendes é relator das ações que tratam da lei aprovada pelo Congresso.

Os estados argumentaram que houve queda na arrecadação do ICMS no mês passado e que, com a perda de receita, serviços essenciais podem ficar comprometidos.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

11

Investimento nos estados e DF cresce 176% no 1º semestre

Estados com aumento do investimento acima da média

Varição real em %*



10%

foi o aumento da receita corrente

5%

foi o aumento da despesa corrente

176%

foi o aumento dos investimentos

Principais despesas dos estados e DF

Participação em %



Varição real das principais despesas*

Em %



*Dados atualizados pelo IPCA a preços de junho/2022
Fonte: IFI (Instituição Fiscal Independente).

Apesar do superávit, quadro fiscal é frágil (Editorial)

A previsão da Instituição Fiscal Independente (IFI) de que as contas do governo central fecharão este ano com superávit primário, o primeiro desde 2013, aponta para uma mudança na tendência das contas públicas e sugere uma situação financeira confortável para o atual governo federal e um quadro fiscal favorável para o que tomará posse em 1.º de janeiro de 2023. Mas será um resultado efêmero.

Uma análise mais criteriosa da evolução das receitas e das despesas indicará a persistência de fortes riscos na área fiscal.

A nova projeção da IFI, apresentada em seu Relatório de Acompanhamento Fiscal de agosto, é baseada em dados conhecidos e previsões bastante fundamentadas sobre a evolução de importantes indicadores econômicos até o fim do ano. Até julho, a IFI, órgão vinculado ao Senado, projetava déficit primário (de R\$ 40,9 bilhões) nas contas do governo central. No documento de agosto, a projeção foi revisada para um superávit primário de R\$ 27,0 bilhões em 2022. Nos 12 meses até julho, o resultado foi um superávit primário de R\$ 110,0 bilhões.

O forte descompasso entre a evolução da receita e a das despesas explica a nova projeção. Ao longo do ano, a arrecadação cresceu 15% em valores reais, enquanto as despesas primárias apresentaram redução real de 1,9%, na comparação com 2021.

A recuperação da economia em ritmo mais intenso do que o previsto (a IFI reviu de 1,4% para 2,0% sua projeção para o crescimento do **PIB** em 2022), a **inflação** (que faz crescer mais depressa a base de arrecadação dos **tributos**) e a alta dos preços das commodities vêm impulsionando as receitas.

Também o aumento do emprego formal, que amplia o número de contribuintes do sistema previdenciário, ajuda na arrecadação.

Do lado das despesas, apesar do aumento expressivo de gastos com abono e seguro-desemprego, houve redução no total dos sete primeiros meses do ano, por causa da queda do custo do pessoal e, sobretudo, do corte de 52,3% nos pagamentos decorrentes de sentenças judiciais e dos precatórios.

Entre janeiro e julho de 2021, foram pagos R\$ 18,1

bilhões a título de sentenças judiciais e precatórios; neste ano, com base na emenda dos precatórios que autorizou o parcelamento da dívida da União reconhecida pela Justiça em sentença definitiva, o volume pago foi reduzido para R\$ 8,2 bilhões. Cidadãos e empresas com dívida a receber do governo continuam sendo deixados para trás.

O parcelamento dos precatórios se estenderá até 2026, mas outros fatores que pesam na geração do projetado superávit primário das contas do governo central em 2022 estão perdendo força e talvez não se repitam no ano que vem.

E fontes de pressão sobre as despesas surgirão ou se intensificarão no próximo governo.

Dos três principais grupos de receitas de acordo com a classificação da IFI (receitas típicas, receita previdenciária e receitas não administradas), um deles, justamente o das receitas não recorrentes da União, foi o que apresentou o maior crescimento neste ano. Nos sete primeiros meses do ano, saltou de R\$ 147,2 bilhões em 2021 para R\$ 248,7 bilhões em 2022. É receita decorrente de eventos especiais, que podem não se repetir. Além disso, a atividade econômica deve se desacelerar no próximo ano, de acordo com projeções dominantes no momento; o preço das commodities não deve crescer como cresceu nos últimos tempos; e a **inflação** tende a se desacelerar.

Já do lado das despesas, a irresponsabilidade com que o governo federal utiliza recursos públicos para tentar conquistar votos para o presidente-candidato, Jair Bolsonaro, já levou à projeção de um buraco de cerca de R\$ 147 bilhões no Orçamento de 2023. São promessas como o aumento para o funcionalismo, a manutenção de R\$ 600 nos benefícios do Auxílio Brasil e a preservação das emendas do relator conhecidas como orçamento secreto.

O Executivo não planeja e ignora os limites para suas despesas. Outros Poderes agem de modo semelhante quando se trata de assegurar benefícios para si mesmos. O cenário fiscal é reflexo desse comportamento.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Os efeitos e os limites do pacote de bondades - SERGIO LAMUCCI

SERGIO LAMUCCI

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187307?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187307?page=1§ion=1

STF autoriza mais três Estados a abater dívida por perdas com ICMS

Luísa Martins De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187307?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187307?page=1§ion=1

China amplia sua fatia no comércio global

**Jason Douglas e Stella YifanXie Dow Jones Newswires,
de Cingapura e Hong Kong**

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187307?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187307?page=1§ion=1

'Juros, recessão e Rússia preocupam super-ricos'

Veja a matéria no site de origem:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187307

Site:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187307